

A partir das 9 horas de amanhã (8), estará disponível para consulta o lote multiexercício de restituição do IRPF. Neste lote, estão incluídas restituições residuais de 2008 a 2017. O crédito bancário para 76.644 contribuintes será realizado no dia 15, totalizando R\$ 170 milhões. Desse total, R\$ 70.531.662,34 são para contribuintes com prioridade no recebimento: 15.365 idosos e 1.375 com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

Por unanimidade, Quinta Turma do STJ rejeita habeas corpus preventivo de Lula

No pedido, Lula pretendia evitar sua prisão após esgotados na segunda instância da Justiça Federal os recursos contra sua condenação no caso do triplex no Guarujá. Dessa maneira, o colegiado confirmou decisão de janeiro proferida pelo vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, que havia negado liminar (decisão provisória) pedida no mesmo habeas corpus.

A decisão do STJ não resulta na prisão imediata de Lula, que ainda tem um último recurso na segunda instância, embora se trate de um embargo de declaração, tipo de ape-

lação que, em tese, não permite a reforma da condenação, mas somente o esclarecimento de dúvidas na sentença. "No meu entendimento não se vislumbra a existência de qualquer ilegalidade de que o paciente venha porventura iniciar o cumprimento da pena após o esgotamento dos recursos em segundo grau", afirmou o relator do habeas corpus, ministro Felix Fischer.

O ministro citou diversos precedentes do STJ e do STF nos quais se permitiu a execução provisória de pena após condenação em segunda instância, mesmo que ainda caibam recursos às cortes su-

periores. Presidente da Quinta Turma, o ministro Reynaldo Soares da Fonseca admitiu que o STJ tem sim a prerrogativa de suspender a execução de pena, mas que isso não poderia ser feito em um habeas corpus, mas somente em recurso especial, impetrado após esgotados os recursos em segunda instância.

Os ministros Jorge Mussi, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik também votaram contra o habeas corpus preventivo de Lula. O entendimento prevaiente foi o de que o STJ não poderia suspender uma prisão enquanto resta recurso pendente de julgamento na segunda instância, sob pena de



Quinta Turma do STJ, que julgou pedido do ex-presidente Lula para evitar prisão após condenação em segunda instância.

suprimir instância. A decisão evidenciou ser "urgente o STF julgar as ações que defendem o princípio constitucional da presunção de inocência", afir-

mou ontem (6) o Partido dos Trabalhadores.

Em nota, o PT defendeu que ninguém pode ser privado da liberdade antes de esgotados

todos os recursos cabíveis e acusou a primeira e segunda instâncias de terem passado um julgamento político sobre o petista (ABR/AE).

Itália elege primeiro senador negro do país

Rai News



Toni Iwobi é imigrante de origem nigeriana.

As eleições legislativas da Itália não só marcaram a vitória da extrema direita, como também entraram para a história ao eleger o primeiro senador negro do país. Aos 62 anos, Toni Iwobi é de origem nigeriana e é membro do partido ultracriacionista Liga Norte, liderado por Matteo Salvini, há mais de duas décadas. O empresário do ramo de tecnologia da informação é vereador na cidade de Spirano, na província de Bergamo, desde 1993.

"Eu pertenço à pátria, mas também aos territórios que me elegeram", ressaltou Iwobi ao ser eleito. Responsável pelas políticas imigração na Liga, o novo senador está entusiasmado com o resultado das eleições, que vieram depois de

"tantos anos de trabalho". No entanto, sua militância no Liga Norte tem sido alvo de polêmica e controvérsia na imprensa italiana, já que o partido é o principal defensor da expulsão de todos os imigrantes clandestinos do país.

Questionado se Salvini é racista, Iwobi respondeu: "Está escrito em algum lugar que uma pessoa negra não pode votar? A Itália é um país democrático ou não? Sim, e, portanto, tenho o direito de pertencer à área política que quero". Para ele, seu partido tem o objetivo de proteger os refugiados em situação regular, principalmente pelo alto número de imigrantes que há na Lombardia, pois 40% deles sofreram os efeitos "mais dolorosos da crise" (ANSA).

Supremo torna quatro políticos do PP réus na Lava Jato

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (6) abrir ação penal contra quatro políticos do PP que foram investigados na Operação Lava Jato e denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2016, pelo suposto recebimento de vantagens indevidas no esquema de corrupção da Petrobras. De acordo com a acusação, os valores eram operacionalizados pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e pelo doleiro Alberto Youssef.

Com a denúncia, os deputados Luiz Fernando Faria (MG), José Otávio Germano (RS), o ex-deputado João Pizzolatti (SC), além do conselheiro do Tribunal de Contas dos municípios da Bahia e ex-deputado, Mario Negromonte, se tornaram réus pelos crimes de cor-



rupção e lavagem de dinheiro. No julgamento, por maioria, os ministros também rejeitaram a denúncia em relação aos deputados do PP Mário Negromonte Júnior, Roberto Britto e Arthur Lira por falta de indícios.

Durante o julgamento que começou em agosto do ano passado e foi interrompido por pedidos de vista, os advogados de defesa dos parlamentares negaram recebimento de propina e afirmaram que a procuradoria não apresentou provas contra os políticos (ABR).

Temer não vai recorrer

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, informou ontem (6) que o presidente Temer não recorrerá da decisão do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, de autorizar a quebra de seu sigilo bancário. Marun, no entanto, interpretou a decisão do magistrado como abusiva e absurda. "Não obstante o caráter evidentemente abusivo dessa decisão, o presidente decidiu não recorrer dessa decisão e mantém, já que não tem nada a esconder, a decisão tomada de abrir seu sigilo bancário à população brasileira através da imprensa", mesmo sem ter sido notificado oficialmente.

O ministro convocou uma entrevista coletiva para falar da decisão do ministro do Supremo, e disse que a decisão do presidente de não recorrer é para evitar dar "munição à hipocrisia dos adversários" (ABR).

Produção de veículos aumentou em fevereiro

A produção de veículos no país aumentou 6,2% em fevereiro na comparação com o mesmo mês de 2017, passando de 201,1 mil unidades para 213,5 mil. Comparada à produção de janeiro, houve queda de 2,1%. Em janeiro e fevereiro, a produção cresceu 15% ante o primeiro bimestre do ano anterior. Os dados foram divulgados ontem (6), pela Anfavea. "Foi um bom fevereiro: passou da linha dos 200 mil. Lembrando que, em 2016, tivemos oito meses abaixo disso e, no ano passado, alguns meses. O bimestre também foi positivo, quase na média dos últimos 10 anos", afirmou o presidente da Anfavea, Antonio Megale.

As vendas aumentaram 15,7% ante fevereiro do ano passado, ao passar de 135,6 mil para 156,9 mil veículos vendidos. Na comparação com janeiro, entretanto, houve queda de 13,4%. No primeiro bimestre, foram licenciados 338,1 mil veículos, o que representa aumento de 19,5% em relação mesmo período do ano passado. "Estamos abaixo da média dos últimos 10 anos, mas estamos na trajetória de crescimento, o que é mais importante" afirmou Megale.

A exportação de veículos montados cresceu 42,9% em fevereiro na comparação com

Jungmann defende fim do contato direto entre presos e visitantes

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, defendeu ontem (6) o fim do contato direto entre presos e visitantes nas penitenciárias. Jungmann propôs a construção de parlatórios, em que qualquer contato com o preso seja registrado.

"Vocês já viram em filmes: tem um vidro, tem um telefone, e tudo aquilo que é conversado é registrado. Se houver necessidade, requisitam-se ao juiz aquelas informações", disse, após participar da abertura da 13ª Feira Internacional de Segurança, em São Paulo.

Para o ministro, a medida é necessária para evitar que os chefes do crime organizado continuem a agir de dentro das cadeias, em uma situação que Jungmann chamou ironicamente de "home office"



Ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

(escritório em casa). "É uma maneira de acabar com esse fluxo de informação para dentro e para fora. Mas isso depende de acordo a ser feito e da normatização, para que a gente possa definitivamente

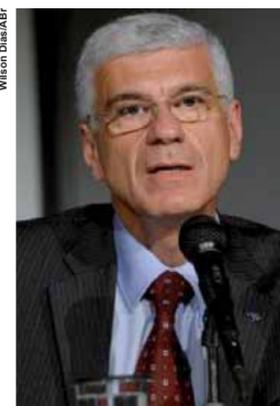
romper os laços entre o comando do crime, que está dentro do sistema prisional, e aqueles que estão na rua aterrorizando o povo".

Jungmann também quer dificultar a progressão de regime para os condenados por crimes hediondos. "Quem cometeu um crime hediondo não deve ter praticamente nenhum direito à progressão de pena. O nosso problema não está em penas mais longas, está em rever alguns regimes de progressão. Não é possível que o sujeito cometa um crime hediondo, um sequestro seguido de morte e, em poucos anos, pela progressão que aí está, ele esteja na rua. Isso é inaceitável", afirmou, ao citar medidas que considera necessárias para combater os problemas de segurança pública no país (ABR).

Receita tem projeto para unificar PIS e Cofins

A Receita quer unificar o PIS e a Cofins. Ela tem um projeto pronto que ainda deverá ser aprovado pelo Executivo antes de ser encaminhado ao Congresso. A intenção, de acordo com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, é simplificar a tributação. Atualmente, as contribuições permitem acumulação de crédito de forma diferente. "Se compro um refrigerador, ele tem crédito no processo produtivo. Se compro no escritório, não tem. A ideia é que tudo que você comprar vai ter crédito. Pagou x esse é o valor que vai creditar", disse. "Isso gera litigiosidade grande", pondera.

A unificação das duas contribuições será feita em etapas. Ambas equivalem a quase 4% do PIB. O primeiro a ser modificado é o PIS, que equivale a quase 1% do PIB. "Muda modelo, testa a alíquota. Uma vez trabalhado isso, teríamos o segundo movimento de adequar a Cofins para ser semelhante. Neste momento, está possível proceder a unificação". Ainda não há a previsão de quanto tempo seria necessário para a unificação. O secretário explica que a alíquota poderá ser alterada, mas que não haverá aumento de encargos: "Vou aumentar a carga? Não. Vamos simplificar o modelo", garante.



Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

"Entendo que seria satisfatório, a exemplo do que ocorre na Europa, termos poucas alíquotas. Acho que temos que levar nosso sistema tributário para um sistema que o mundo conheça. Não posso falar para um investidor que quer investir no Brasil e me pergunta quanto paga de Previdência que isso depende do produto", diz. E acrescenta: "Isso é errado". A simplificação tributária - com a reforma do PIS e da Cofins - é um dos 15 pontos que o governo destacou como prioridade do ponto de vista fiscal e econômico, após o adiamento da votação da reforma da Previdência (ABR).

"Antigamente, o silêncio era dos imbecis; hoje, são os melhores que emudecem. O grito, a ênfase, o gesto, o punho cerrado, estão com os idiotas de ambos os sexos".

Nelson Rodrigues (1912/1980)
Jornalista brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -0,43% Pontos: 85.653,01 Máxima de +1,06% : 86.931 pontos Mínima de -0,43% : 85.653 pontos Volume: 11,05 bilhões Variação em 2018: 12,11% Variação no mês: 0,35% Dow Jones: +0,04% Pontos: 24.884,12 Nasdaq: +0,56% Pontos: 7.372,01 Ibovespa

Futuro: -0,48% Pontos: 86.105 Máxima (pontos): 87.665 Mínima (pontos): 86.105 Global 40 Cotação: 877,668 centavos de dólar Variação: -0,6%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,2119 Venda: R\$ 3,2129 Variação: -1,07% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,28 Venda: R\$ 3,38 Variação: -1,36% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,2240 Venda: R\$ 3,2246 Variação: -1,03% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,2130 Venda: R\$ 3,3530 Variação: -1,18% - Dólar Futuro (abril)

Cotação: R\$ 3,2175 Variação: -1,05% - Euro (18h36) Compra: US\$ 1,2405 Venda: US\$ 1,2407 Variação: +0,59% - Euro comercial Compra: R\$ 3,9800 Venda: R\$ 3,9820 Variação: -0,5% - Euro turismo Compra: R\$ 3,9470 Venda: R\$ 4,1370 Variação: -0,55%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,55% ao ano. - Capital de giro, 9,64% ao ano. - Hot money, 1,11% ao mês. - CDI, 6,64% ao ano. - Over a 6,65%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.335,20 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +1,16% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 139,700 Variação: +0,1%.